

O CAMPO HISTORIOGRÁFICO ENTRE O REALISMO E AS REPRESENTAÇÕES*

Eleonora Zicari Costa de Brito**

Nunca se está suficientemente surpreso com a história.
(Krzysztof Pomian)

Resumo: O texto procura contrastar, em diferentes momentos históricos, diversas posições sobre como o campo da história deveria ser compreendido. No século XIX prevaleceu a representação de que o objeto da história seria um dado concreto, apreensível seja em sua totalidade seja parcialmente. Nesse caso, o conhecimento se aproximaria de um discurso “realista”. Noutro momento, final do século XX, discute-se a impossibilidade de se alcançar esse suposto realismo, tendo em vista o objeto da história ser trabalhado a partir de representações que o constroem (fontes) e ser apreendido pelo jogo de linguagem que configura a realidade do historiador.

Palavras-chave: História, representações, linguagem

UM CAMPO SEMPRE FLUIDO

A epígrafe que abre este texto traduz à perfeição o que pensa Pomian e grande parte dos historiadores quando colocados frente à diversidade do fazer historiográfico: multiplicidade de abordagens, objetos, métodos e problemas; recortes, ou como diria Paul Veyne, gêneros os mais variados (da história política – hoje bastante revista – à história de caráter etnográfico à moda de Robert Darnton); concepções muitas vezes conflitantes sobre o que venha a ser o produto final do ofício (história como testemunho do que aconteceu ou como registro da forma como a realidade foi concebida/representada por seus personagens?).

Isso ocorre porque reunimos sob um mesmo rótulo práticas bastante variadas, como bem sinalizou Pomian ao observar que chamamos de história a “exercícios literários e pesquisas acadêmicas, um jornalismo superior e trabalhos de erudição, memórias na primeira pessoa e tratados que visam a objetividade”. Também as “épocas, as línguas, os espaços, os países, os domínios, os documentos e os monumentos por ela estudados” evidenciam a diversidade do ofício e

* Este texto serviu de subsídio à palestra proferida no Ciclo de Palestras *Dimensões do Fazer Histórico*, no UNICEUB, em maio de 2002.

** Doutora em História pela UnB, Professora Adjunta e Chefe do Departamento de História da UnB, atuando na Graduação e Pós-graduação. Endereço eletrônico: zicari@hotmail.com

a ausência de qualquer padrão capaz de “medir” satisfatoriamente o que vem a ser história. Tanto isso é uma evidência que, ainda segundo Pomian, “À primeira vista, percebem-se mal os traços comuns a Heródoto, a uma crônica da Idade Média e a tal obra recente cheia de números e gráficos, quando não de equações. Todos os três, no entanto, pertencem – dizem-nos – à história.”¹

Em texto de 1929, o historiador holandês Johan Huizinga, no intuito de conceber um conceito de história amplo o suficiente para abarcar as práticas historiográficas desenvolvidas ao longo do tempo – que ele reconhecia como muito diferentes entre si – propõe que se entenda a história/conhecimento como *fenômeno cultural*. Isso se justificaria porque, em seu entendimento, “cada cultura cria e tem necessariamente que criar sua própria forma de História. O tipo de cultura determina o que é, para ela, a História, e como há de ser esta”.² Em outras palavras, as variações historiográficas nada mais seriam que diferentes formas de entendimento do que seria a história, fruto de variações culturais.

A partir desse princípio, Huizinga dirá que não podemos esperar da história mais que “uma certa idéia de um certo passado, uma imagem inteligível de um fragmento do passado. Não é nunca a reconstrução ou a reprodução de um passado. O passado não é dado nunca. O único dado é a tradição”.³ Com isso ele dava adeus a qualquer pretensão de alcançar um conhecimento calcado num suposto *realismo histórico*, tendo em vista o caráter pragmático constitutivo desse exercício intelectual: responder às questões colocadas por cada cultura, em outras palavras, pelo presente do historiador.

Outro historiador, Jenkins, refletindo sobre a distinção entre história-passado e história-acontecimento, lembra que o passado, objeto de estudo do historiador, é aquilo que já passou, e a história é o que os historiadores fazem com ele. Embora o historiador não invente histórias sobre o passado, o passado sempre nos chega como narrativa “e não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais....”⁴ O passado não estabelece o tipo de leitura que lhe convém. Essa é uma tarefa do historiador.

Esse preâmbulo – que poderia se estender muito mais em busca de apoio que não faltaria – foi estrategicamente concebido como uma forma de registrar a complexidade de se trabalhar a definição do campo historiográfico. Afinal, como falar de algo tão fluido, sem método específico e sempre reinventado, dado seu caráter cultural?

Portanto, o que proponho, reconhecendo a complexidade deste debate, é uma breve reflexão

¹ Extraído de “Avant-propos” in *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999, p. 7 a 11. (Traduzido do francês por José Otávio Nogueira Guimarães, Prof. do Departamento de História da UnB).

² Johan Huizinga. “En torno a la definición del concepto de historia” in Johan Huizinga. *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 91.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Keith Jenkins. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 28.

sobre o esforço que há algum tempo os historiadores têm feito para enfrentar esse desafio e, também, sobre a forma como alguns historiadores têm refletido sobre essas questões em nosso tempo. No primeiro caso, historicizar brevemente as propostas de duas escolas historiográficas, pareceu-me uma possível contribuição para o debate. Refiro-me à escola *metódica* e à *historicista*, duas referências com as quais continuamos a dialogar. No outro, o objetivo é mostrar como em nosso tempo os historiadores têm procurado enfrentar impasses colocados por aquelas escolas, avançando em algumas de suas “invenções”, desprezando algumas de suas “verdades” e “reinventando”, à nossa maneira e de acordo com a nossa cultura, as formas de se fazer história.

EM BUSCA DE UMA “GRADE” PARA A HISTÓRIA

Seguindo de perto as reflexões de José Carlos Reis¹, vejamos como as referidas escolas enfrentaram o desafio de definir o campo dos estudos historiográficos.

A *escola metódica* (que muitos confundem com a positivista), representou o que a Física Social comtiana foi para a sociologia. Responsável por tentar estruturar os limites nos quais a história poderia ser integrada ao campo dos conhecimentos ditos científicos, essa escola foi responsável por oferecer à prática historiográfica um caráter acadêmico, sistematizando algumas regras que, acreditava-se, seriam-lhe indispensáveis.

Foi na Alemanha do século XIX, com Ranke, que a história metódica ganhou seus primeiros contornos. A pretensão à cientificidade da história seria garantida graças à observância de alguns princípios que assim poderiam ser sintetizados:

- ao historiador bastaria reconstruir os fatos como eles “realmente se passaram”, portanto, nada de julgamentos, nem de buscar, no exame do passado, lições para o presente;
- ao historiador caberia uma postura de neutralidade, já que entre ele e seu objeto não haveria interdependência alguma;
- a história/passado *existiria objetivamente* e poderia ser captada através dos documentos;
- ao historiador caberia reunir o maior número de documentos, atento à sua autenticidade;
- os fatos deveriam ser extraídos desses documentos, organizados e apresentados numa narrativa que respeitasse sua seqüência cronológica e,
- não haveria a menor necessidade de qualquer reflexão teórica aliás, ela deveria mesmo ser evitada se o objetivo fosse alcançar o conhecimento científico.

¹ Cf. José Carlos dos Reis, *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996 e *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994. Também a esse respeito ver: Michael Löwy, *Ideologias e Ciências Sociais*. Elementos para uma análise marxista da ideologia. São Paulo: Cortez, 1985.

É preciso que se diga, os adeptos da escola metódica acreditavam que seguindo essa “receita” seria possível alcançar um conhecimento histórico objetivo, reflexo fiel dos fatos passados, desprovido de qualquer especulação filosófica e subjetividade. O que de fato valia era o estudo do passado pelo passado, e a curiosidade sobre o que fomos e deixamos de ser representaria o mote de todo esforço historiográfico. Produzia-se com isso uma brusca separação entre passado e presente.

Na França, a transposição dos princípios da escola metódica foi obra dos historiadores reunidos na *École des Chartes*. Informados (e muitas vezes formados) pela perspectiva da escola metódica alemã, os franceses, entretanto, deram uma conotação própria a essa concepção de história. Foi na fonte do Iluminismo francês que buscaram inspiração para essa construção, logo, *evolução e progresso* representam palavras-chave para a compreensão de sua proposta. Passado e presente já não estavam separados de forma tão radical como entre os metódicos alemães, pois para os franceses a noção de tempo era *evolutiva, cumulativa, evolucionista, linear e progressista*.

Muito próximo do discurso positivista comtiano, também o projeto da escola metódica francesa se queria científico, porém, essa prática só poderia ser assegurada, acreditavam, pelo distanciamento de qualquer filosofia da história, já que em sua apreciação, esta remeteria a análise necessariamente a uma metafísica. Como viam no positivismo uma filosofia da história, os metódicos não aceitavam ser filiados àquela tradição. Entretanto, o que se observa retrospectivamente, é que esse esquema evolucionista e progressista da história desdobrava-se numa *teleologia*, remetendo sim, a uma filosofia responsável por definir um sentido para a história. Falarei sobre isso mais adiante.

A aproximação com a escola alemã dava-se pela postura semelhante dos franceses frente ao documento, reconhecido como algo que remetia ao fato concreto, daí as conhecidas obsessões com a veracidade das fontes e o culto aos fatos/documentos. O interesse do historiador metódico era “ver” os fatos, e não refletir sobre eles. Também aqui, a pretensão era deixar a teorização fora da operação histórica. Daí a postura de Fustel de Coulanges, para quem “... o melhor dos historiadores é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos e que os interpreta com a máxima justeza, que só escreve e só pensa segundo eles.”²

Que consequências essa perspectiva trouxe para a operação historiográfica? Partindo do princípio de que *o fato histórico era um dado objetivo, pronto, verificável*, à espera de ser captado em sua “realidade” e que essa operação estaria assegurada pela reunião dos documentos, entendidos como rastros capazes de reconstruí-lo, ao historiador restaria a atitude passiva de reuni-los numa narrativa que, acreditavam, seria construída única e exclusivamente pelos dados apresentados nos documentos. Portanto, o historiador deveria se limitar à *sondagem da superfície dos eventos*,

² Fustel de Coulanges Apud José Carlos dos Reis, *op. cit.*, p. 19.

deixando de lado toda e qualquer pretensão de aprofundamento, pois isso implicaria ter de romper com o esquema científico de análise proposto. Não se propunham sequer seguir as exigências da Física Social comtiana, pois sabiam que remeter a história a leis às quais ela estaria condicionada, exigiria mais que a simples reconstrução dos fatos como eles “realmente aconteceram”. Percebiam que na proposta positivista estaria inscrita uma filosofia da história contra a qual lutavam, pois era incompatível com seu projeto. Ao historiador não caberia problematizar seu objeto de estudo, sequer interpretá-lo, buscando nele outra coisa senão aquilo que os documentos traziam e pudesse ser considerado óbvio.

Se hoje sabemos que o projeto da escola metódica era uma impossibilidade, ainda assim, foi ele que se impôs, conduzindo os trabalhos historiográficos que se queriam científicos, ditando seus princípios e objetivos. Esse projeto, porém, implicava uma filosofia da história (que ela tanto combatia) calcada numa percepção de tempo que remetia a uma continuidade (linear, é verdade) e na busca de um sentido para a história, sentido esse dado pela crença no progresso inexorável da humanidade e passível de ser apreendido, sobretudo, pelo estudo dos *atos políticos*, gênero preferencial dos estudos inscritos naquela escola.

É no mesmo século XIX que outra escola, a do *historicismo alemão*, irá propor uma “nova” concepção de história. Dilthey foi seu mais expressivo representante. Muitas vezes entendida como o par extremo oposto à postura adotada pela escola metódica, o historicismo pode ser visto, também, como um desdobramento daquela e, nesse sentido, sua continuidade.

A tese central do historicismo era que a separação (inquestionável para os metódicos) entre sujeito e objeto do conhecimento não era tão evidente assim. Como os metódicos, os historicistas acreditavam que *o passado era um dado concreto*, porém, propunham que o trabalho do historiador fosse além da simples constatação do que aconteceu, mergulhando em sua *compreensão*. Para estes, o método para a apreensão do passado deveria ser capaz de promover o que chamavam de “experiência integral” do objeto, o que implicava em estudá-lo tanto externa como internamente.

O que vinha a ser esse método? A operação historiográfica deveria seguir de perto, em sua primeira etapa, os procedimentos da escola metódica, em outras palavras, reunido o maior número possível de documentos dever-se-ia partir para a descrição exterior dos mesmos. A partir de então, começava outra etapa da pesquisa, e com ela, um afastamento da postura metódica. Essa etapa estaria voltada à busca das articulações internas dos fatos, um verdadeiro “mergulho” no objeto, e exigiria do historiador uma postura intuitiva, única maneira de fazer reviver o passado estudado. Essa abordagem do “interior” era o que Dilthey chamava de “compreensão”. Tratava-se do *método hermenêutico*.

Assim Reis descreve essa operação:

O sujeito do conhecimento começa pelos sinais exteriores, pela sensação, continua pelo método crítico das fontes e dos vestígios e vai até a “ocupação” do lugar do outro, em seu “interior”. Pondo-se no lugar do outro, o historiador o “compreende”: recria, ritualiza, revive a experiência vivida pelo outro – conhece-o por “dentro”. O resultado desta relação é ainda racional e discursivo – uma narração – mas a obtenção da informação se dá por meio da “intuição”, informada pelo estudo das fontes.³

Esse método “poético-científico”, segundo Dilthey, exigiria não o afastamento estratégico entre sujeito e objeto de pesquisa, mas sim, a “aproximação íntima”, a “confiança recíproca” entre um e outro. O que separaria o objeto de estudo do sujeito do conhecimento seria o *esquecimento*. Esse esquecimento é que deveria ser enfrentado e superado pela compreensão. A história seria feita de *continuidades* – que ligam o passado ao presente (dadas por estruturas que organizam as sociedades) – e de *descontinuidades* – atos que se dão ao acaso e que são sempre imprevisíveis e inovadores. Por isso, para os historicistas, nas palavras de Reis,

O historiador segue [os] movimentos [de seus objetos], suas atividades, com paixão, querendo pôr-se em seu lugar, em seu interior, e “viver junto” à experiência passada. Espectador, sua atividade de conhecimento é intuitiva, empática, imaginativa ... Uma “visão”. O sujeito que toma o passado como objeto é a si mesmo que objetiva.⁴

Quais os desdobramentos desse tipo de abordagem para a pesquisa em história? A crença na possibilidade de se alcançar um conhecimento totalmente objetivo sobre o passado cede, pois o tipo de conhecimento fruto dessa perspectiva abre-se ao reconhecimento do relativismo implícito nos resultados dessa empreita. Cada nova pesquisa sobre um mesmo objeto produz uma nova “visão” sobre ele. Parte-se mesmo do princípio que, assumido o grau de complexidade do real, a verdade absoluta estaria para sempre fora do alcance do historiador, já que qualquer pesquisa historiográfica revelaria a relação empática entre um sujeito e seu objeto, sempre passível de ser revista por relações subseqüentes.

Outro desdobramento: o mundo da história não mais se limitaria ao plano dos eventos políticos. Com o historicismo, admite-se que *tudo o que é humano tem uma história*, produzindo-se com isso uma indeterminação sobre o que representaria o campo eventual da história e, conseqüentemente, sobre o que seriam seus documentos. Desdobramento de tudo isso, a crença na cientificidade da história cede lugar ao ceticismo.

Comentando o alvoroço provocado pelas premissas do historicismo e considerando essa uma falsa questão, Veyne dirá, em resposta à angústia provocada pela “descoberta” historicista nos espíritos positivos, que

³ José Carlos dos Reis, *op. cit.*, p. 29.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 32.

... basta admitir que tudo é histórico para que esse problema torne-se, ao mesmo tempo, evidente e inofensivo; sim, a história não é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir, e porque o progresso do questionário histórico coloca-se no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência; sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre.⁵

Evidência que se impõe, inclusive, aos resultados historiográficos alcançados pelos historiadores da escola metódica, malgrado o desejo expresso de fazerem da história um campo de trabalho totalmente delimitado e objetivo.

Mas, como disse anteriormente, muito mais que se opor à escola metódica, o historicismo seria uma espécie de continuação da mesma. Gostaria de esclarecer melhor esse posicionamento. Refiro-me à premissa, comum às duas escolas, de que *a realidade histórica (passado) estaria dada, disponível e apreensível pelo exercício analítico*, fosse ele inspirado por uma ou outra abordagem. É a partir daqui que passo para a segunda parte de minhas reflexões.

HISTÓRIA, LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO OU O FIM DO “REALISMO” HISTÓRICO

As clássicas análises que opunham uma escola à outra sempre enfatizaram o resultado definido por verdades absolutas de uma escola contra o reconhecimento do relativismo intrínseco a esses resultados pela outra. Trocando em miúdos, haveria uma oposição irreduzível entre metódicos e historicistas, fruto da crença na possibilidade de se alcançar uma verdade absoluta, tese defendida por uns, em contraposição à verdade relativa defendida por outros. Mas uma questão se coloca: o que essa oposição esconderia?

De fato, mais do que divergir, essas escolas partilhavam do princípio comum de que *a realidade histórica* (ou seja, o passado) *seria um dado disponível e que à operação historiográfica caberia resgatá-la*. A prova da verdade do conhecimento produzido sobre o passado (entendida como absoluta ou relativa, tanto faz) estaria inscrita nos documentos, vistos por ambas como algo que remetia a um suposto passado (pronto, acabado e resolvido, cujo *sentido* estaria lá), ou seja, os documentos seriam uma espécie de “guia” que remeteria aos fatos que os historiadores desejavam (des)cobrir. Isso implicava em considerar os discursos produzidos no passado (fontes para o historiador) como algo diferente do passado (seu objeto), embora chave para sua apreensão. Desconsiderava-se com isso alguns aspectos que passo a tratar.

Os documentos, como hoje os entendemos, não remetem a acontecimentos. Eles são os

⁵ Paul Veyne. *Como se Escreve a História/ Foucault Revolucionou a História*. Brasília: Edunb, 1982, p. 25.

próprios acontecimentos a serem investigados.⁶

A “natural” separação entre fonte e fato deve muito à clássica distinção que se faz entre *texto* e *contexto*, assim como entre *realidade* e *representação*. Sobretudo os historiadores da *história cultural* e da *história das idéias* têm se esforçado para enfrentar esse equívoco.

La Capra, por exemplo, chama a atenção para a prática, ainda comum entre muitos historiadores, de estabelecer uma distinção entre texto e contexto, entendendo-os como categorias opostas. O texto (fontes/documentos) seria marcado, naquele entendimento, por uma maior abstração, enquanto os contextos (cenários onde se desenrolam os acontecimentos) seriam caracterizados por uma realidade essencial, coerente e unificada. Os primeiros refletiriam os segundos. Trabalhando a noção de texto/contexto em La Capra, Lloyd Kramer dirá que nessa divisão esconde-se um problema não enfrentado por muitos historiadores:

... a dicotomia texto/contexto desenfatura radicalmente o fato de que *o contexto não existe apenas como uma realidade pré-linguística que a linguagem descreve com fidelidade*. Pelo contrário, a realidade ‘já esteve sempre’ situada nos processos textuais que os historiadores preferem não examinar (...). ‘O próprio contexto é um texto de várias espécies’ escreve La Capra; ‘não pede ‘descrições’ estereotípicas e ideológicas, mas interpretação e uma crítica informada. (...) ‘o passado chega em forma de textos e remanescentes textualizados – memórias, relatos, escritos publicados, arquivos, monumentos etc’.⁷

Em outras palavras, os textos são o único contexto a que temos acesso, visto que os contextos são produzidos por textos que o significam. Não existiria um contexto (realidade histórica) pronto e acabado, à espera de ser apreendido. Quando o historiador diz que “deve-se ler o documento à luz do contexto que o informa”, ele na verdade está dizendo que àquele *texto* devem-se acrescentar outros que ajudem a elucidá-lo.

Em outra linha, Chartier enfatiza o papel que o estudo das *representações* tem para se alcançar uma compreensão da realidade social. Também para esse historiador, a realidade (passada ou presente) não é um dado a priori (pré-discursiva), ela é construção *significativa*, portanto, *representada*. O “mundo como representação” é obra dos discursos que, ao apreendê-lo, conferem-lhe significação. Os *sentidos* são historicamente produzidos pelos atores sociais através dos *mecanismos de representação* que articulam modalidades de relações com o mundo social

⁶ A noção de documento como *monumento* foi proposta por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, e já se encontra bastante disseminada na historiografia atual. Nessa perspectiva, os documentos devem ser examinados como representativos de maneiras de se enxergar/significar o mundo, enquanto monumentos de uma determinada época e não simplesmente como prova da verdade dos fatos. A verdade, ou melhor, aquilo que se toma como verdade, deve ser, ela própria, historicizada. Ver ainda sobre essa noção Jacques Le Goff. “Documento-Monumento” in *Enciclopédia Einaudi*. vol I, Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985 e artigo de minha autoria, “O acontecimento discursivo” in T. N. Swain (org.). *História no Plural*. Brasília: Edunb, 1994.

⁷ Lloyd Kramer. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra” in Lynn Hunt (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 154/155. (grifos meus)

(classificações, delimitações, práticas, institucionalizações).⁸ Nesse entendimento, o *discurso* (fonte com a qual os historiadores trabalham) é instrumento de transformação/conformação da realidade e não o seu reflexo.

Ora, é pela linguagem que expressamos a realidade, tornando-a inteligível, dotando-a de sentidos. Isso serve tanto para o passado (onde se inscreve o objeto da história) quanto para o presente (de onde “fala” o historiador).

As fontes que nos chegam, por mais descritivas que sejam, não revelam “o que realmente aconteceu”, mas algo bem diferente disso. Carr, em texto dos anos 60, e a partir de uma perspectiva por muitos hoje considerada conservadora, reconhecia que: “Nenhum documento pode dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar”.⁹ Ao que Chartier corrobora afirmando que as representações sociais são esquemas interiorizados que “traduzem as posições e os interesses objetivamente confrontados (...) e descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.¹⁰ É preciso lembrar, é pela linguagem/discurso que as representações (e os sentidos que fazem circular) se materializam,¹¹ portanto, os discursos/documentos não falam por si só, não trazem respostas prontas, não traduzem “o que realmente aconteceu”. *Eles apenas exprimem os sentidos construídos sobre o que aconteceu.*

Por outro lado, quando elaboramos um conhecimento sobre o passado, a linguagem exerce um papel decisivo, pois não há descrição ou concepção de realidade histórica que se faça sem sua mediação. Ocorre que essa realidade que por tanto tempo acreditou-se que estaria pronta, esperando a operação historiográfica para reviver, não segue a lógica que nossos registros lhe impõe. Presa a regras de exposição, a história-conhecimento “falseia” seu objeto ao dotá-lo de uma estrutura linear, obrigando o historiador, por exemplo, “a apresentar sequencialmente estruturas que existem simultaneamente”,¹² como diria Peter Gay, ou ainda, como lembra Veyne, ao exprimir-se “por meio de conceitos”¹³ estranhos ao objeto (pois construídos *a posteriori*), mas plenos de sentido para o historiador que sem eles nada conseguiria explicar. Como afirma Hayden White, as tentativas de descrever os acontecimentos passados baseiam-se em narrativas que “revelam a coerência, a integridade, a plenitude e a inteireza de uma imagem de vida que é, e só pode ser, imaginária”.¹⁴

⁸ Para maiores detalhes ver Roger Chartier. *História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

⁹ E. Carr, *O que é História*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁰ Roger Chartier, op. cit., p. 19.

¹¹ Ver, além de Chartier, Bronislaw Backco. “Imaginação Social” in *Enciclopédia Einaudi*. Vol 5, Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1980.

¹² Peter Gay, “Conclusão: sobre o estilo na história” in: *O Estilo na História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 195.

¹³ Paul Veyne, op. cit., p. 65.

¹⁴ Hayden White, apud Lloyd Kramer, op. cit., p. 139.

Portanto, também as narrativas historiográficas não seriam mais que representações. Com o que concorda Castoriadis, que não deixou de advertir para os “efeitos de coerência” que a “racionalização retrospectiva”¹⁵ produz no discurso historiográfico. É graças a esse efeito que os acontecimentos passados ganham a impressão de coerência, sem a qual nada poderíamos saber.

Como então explicar o equívoco de confundir a escrita sobre o passado com o próprio passado (“como ele realmente foi”), acabando por traduzi-lo como um dado sempre pronto a ser apreendido em seu suposto sentido original e único?

Para Veyne, isso ocorre porque inexplicavelmente ignoramos que na realidade histórica passada as relações não podem ter sido construídas segundo uma lógica muito diferente da nossa. Se víssemos o passado como engendrado por uma dinâmica que não poderia ser tão diferente assim daquela que organiza nossos atos no presente, entenderíamos que a estrutura narrativa que usamos para “contá-lo” não segue, nem de longe, a lógica que orienta qualquer cotidiano: “Na vida cotidiana, se me perguntam ‘por que você está com raiva?’ eu não enumerarei as causas, mas farei uma pequena narração formada de intenções e de acasos.”¹⁶ É por isso que para Veyne, “em história, explicar é explicitar”,¹⁷ e “o que se denomina explicação não é mais que a maneira da narração se organizar em uma trama compreensível”¹⁸. E, é preciso que se acrescente, compreensível à cultura do historiador.

As problemáticas colocadas pelo reconhecimento da presença nos textos historiográficos – e nos documentos que lhes servem de base – de representações que participam de suas configurações, assim como dos efeitos de significação que produzem – pois são discursos – têm levado os historiadores a rediscutirem seu campo de trabalho, reconhecendo a complexidade que lhe é inerente. Em outras palavras, buscar nos documentos, vistos como discursos, as formas de representação que ali se engendram, e pensar o próprio texto historiográfico como discurso e representação, são questões que hoje se colocam ao campo da prática historiográfica, e que não podemos nos furtar a refletir.

No início dessas anotações questionei como se poderia falar de algo tão fluido, sem método específico, sempre reinventado – dado seu caráter cultural – como o campo historiográfico. Ou, como diria Pomian, capaz de estar sempre nos surpreendendo. O caminho que hoje se apresenta parece ser o mesmo que, ainda nos anos 20, Huizinga nos apontava. Falar da história é falar sobre o lugar da cultura na construção de nossas relações com o mundo. Trabalhar o campo historiográfico compreendendo-o como fenômeno cultural, com tudo que isso implica em reconhecer seus limites e

¹⁵ Cornelius Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 5ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.65

¹⁶ Paul Veyne. Op. cit., p.53.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 54.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 51.

possibilidades, antes de enfraquecê-lo, enriquece-o. Negar sua pluralidade é semear o caminho para o aparecimento dos reducionismos históricos, praga difícil de se livrar, visto serem eles (os reducionismos) os responsáveis por criar tanto as bases sobre as quais constroem-se ilusórias certezas capazes de apaziguar o historiador frente à complexidade típica de seus objetos de estudo quanto a ignorância frente à riqueza de sua prática.

Numa perspectiva (a dos reducionismos) o historiador “resguarda-se” da crítica assumindo a imagem de puro instrumento de manifestação de uma história (passado) cujo sentido estaria desde sempre lá. Noutra, (compartilhada pela História Cultural) ao contrário, o historiador é tanto sujeito de seu discurso quanto assujeitado a ele. O historiador é artífice que imprime sentidos a seus objetos, ao mesmo tempo em que apreende alguns sentidos possíveis que deles emanam.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “O acontecimento discursivo” in T. N. Swain (org.). *História no Plural*. Brasília: Edunb, 1994.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in *Enciclopédia Einaudi*. Vol 5, Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1980.
- CARR, E. *O que é História*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 5ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.
- GAY, Peter. “Conclusão: sobre o estilo na história” in: *O Estilo na História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- HUIZINGA, Johan. “En torno a la definición del concepto de história” in Johan Huizinga. *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KRAMER, Lloyd. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra” in Lynn Hunt (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. “Documento-Monumento” in *Enciclopédia Einaudi*. vol I, Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais*. Elementos para uma análise marxista da ideologia. São Paulo: Cortez, 1985.
- POMIAN, Krzysztof. “Avant-propos” in *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999. (Traduzido do francês por José Otávio Nogueira Guimarães, Prof. do Departamento de História da UnB).
- REIS, José Carlos dos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- REIS, José Carlos dos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História/Foucault Revoluciona a História*. Brasília: Edunb, 1982.